



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS NOVO PARAÍSO

Departamento de Administração e Planejamento
BR-174, Km -512, Vila Novo Paraíso, Vila Novo Paraíso, CARACARAI - RR, CEP 69.365-000 , (95) 3532-4100
www.ifrr.edu.br

**TERMO DE REFERÊNCIA
(COMPRAS)**

**Dispensa de Licitação Nº 03/2020.
(Processo Administrativo n.º 23230.000221.2020-21)**

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de insumos agropecuários (Ração, fertilizantes, ferramentas e equipamento agrícolas), destinados a atender o *Campus* Novo Paraíso.

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Glifosato, concentração: 48% p,v, apresentação: concentrado solúvel, número de referência química: 1071-83-6	Litro	25	R\$ 28,57	R\$ 714,33
2	Adubo químico, aspecto físico: granulado, composição básica: npk(4,14,8) + 0,4% zn	Saco 50,00 Kg	40	R\$ 118,58	R\$ 4.743,07
3	Fertilizante ureia, composição química nitrogênio: 45 per, apresentação: granulado, cor: branca, prazo validade: 36 mês, aplicação: agricultura	Saco 50,00 Kg	30	R\$ 128,50	R\$ 3.855,00
4	Ração concentrada suíno, ingredientes: farelo de soja, de trigo, de arroz e de babaçu, f, aplicação: suíno em fase de terminação, dosagem componentes: proteína bruta mínima 39,0%, cálcio máxima 4,5%.	Saco 40,00 Kg	30	R\$ 105,63	R\$ 3.169,00
5	Ração concentrada ave, ingredientes: farelo de soja e de trigo, farinha de carne e de s, aplicação: aves em fase de postura final, dosagem componentes: proteína bruta mínima 27,5%, cálcio máxima 10,5%.	Saco 40,00 kg	30	R\$ 83,00	R\$ 2.490,00
6	Ração concentrada ave, ingredientes: farelo de soja, de trigo e de amendoim, farinha de, aplicação: aves em fase de postura e crescimento, dosagem componentes: proteína bruta	Saco 40,00 kg	60	R\$ 71,05	R\$ 4.263,00

mínima 26,5%, cálcio máxima 4,0%, f.

7	Ração concentrada suíno, ingredientes: proteína bruta, farelo de trigo ou similar + px mi, aplicação: suíno em fase de crescimento, componentes: proteína bruta 14 a 16%.	Saco 40,00 kg	60	R\$ 58,95	R\$ 3.537,00
8	Roçadeira manual, tipo motor: gasolina, potência motor: 2,2 hp, tipo cortador: fio náilon e, ou lâmina aço, rotação: 12.300 rpm, peso aproximado: 7,30 kg, tipo empunhadreira: guidões ajustáveis, características adicionais: motor 2 tempos, 40,2 cilindradas, tubo em alumínio.	Unidade	2	R\$ 2.865,33	R\$ 5.730,67
9	Ração peixe, ingredientes: proteínas, aplicação: alimentação peixe espécie carnívora ou onívoro, dosagem componentes: proteína bruta - mínimo 36%, apresentação: extrusada, características adicionais: peletes 3 a 5 mm.	Saco 25,00 kg	40	R\$ 94,50	R\$ 3.780,00
10	Ração peixe, ingredientes: proteína bruta, aplicação: fase crescimento , terminação, dosagem componentes: proteína bruta - min.28%, apresentação: extrusada, características adicionais: peletes 6 a 8 mm.	Saco 25,00 kg	60	R\$ 71,28	R\$ 4.276,80
Total Geral:					R\$ 36.558,87

1.5. Não Aplicável.1.2. Não Aplicável.

1.3. Não Aplicável.

1.4. Não Aplicável.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição desses insumos e equipamentos são necessários, por se tratar de um *Campus* de cunho agropecuário e conter diversos plantéis das mais variadas espécies de animais de criação e exploração agropecuária, como ovinos (12 und), Aves de corte e postura (100 und), Suínos (10 und) e piscicultura compondo seus respectivos ambientes agrodidáticos.

2.2 Os diversos projetos em execução no *campus* possuem distinta produção agrícola que em sua maioria, é destinada à alimentação desses animais porém, suprimindo em média 30% de sua dieta diária. Com isso, surge a necessidade de se adquirir alimento externo para compor os 70% restante da dieta dos animais.

2.3 A presente contratação se dá, principalmente, em razão da necessidade de alimentação contínua e de qualidade para os diversos animais do *Campus*. Tais animais encontram-se divididos nas áreas de suinocultura, avicultura, ovinocultura e aquicultura.

2.4 O *Campus* é uma instituições de ensino superior e médio-técnico profissionalizante, e o objeto desta contratação será destinada às atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos técnico

em agropecuária, agroindústria e aquicultura, além dos cursos de nível superior de bacharelado em agronomia.

3. Descrição da Solução:

3.1. Analisando as alternativas disponíveis e que atendam à necessidade da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução indicada é a realização de contratação direta por meio da cotação Eletrônica para aquisição dos materiais e equipamento necessários ao desenvolvimento das atividades do Departamento Técnico - DETEC.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O material/ equipamento constitui-se bem comum nos termos do art. 1º da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº. 3.555, de 8 de agosto de 2000 e do Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. Os bens deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho em parcela única, nas quantidades solicitadas quando de cada aquisição, em horário comercial, no seguinte endereço:

- IFRR-CAMPUS NOVO PARAÍSO: A entrega dos materiais deverá ser realizada em dias úteis, das 08h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, na Guarita do Campus Novo Paraíso: Rodovia Brasileira 174, Km 512 - Vila Novo Paraíso - Caracaraí - RR, e-mail: dap.cnp@ifrr.edu.br, telefone: (95) 3532-4100/98803-3634/991355840

5.2 Não aplicável.

5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 8 (oito) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado;

5.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. As despesas com transporte e a entrega dos equipamentos objeto deste Termo são de responsabilidade da CONTRATADA.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 São obrigações da Contratante:

6.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7.2 Não aplicável.

7.3 Não aplicável.

7.4 Não aplicável

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários

eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido

previsto na referida Lei Complementar.

11.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

12. Antecipação de Pagamento.

12.1. Não aplicável.

12.2. Não aplicável.

12.3. Não aplicável.

12.4. Não aplicável.

12.5. Não aplicável.

12.6. Não aplicável.

12.7. Não aplicável.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não Aplicável.

14.2. Não Aplicável.

- 14.3. Não Aplicável.
- 14.4. Não Aplicável.
- 14.5. Não Aplicável.
- 14.6. Não Aplicável.
- 14.7. Não Aplicável.

15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

- 15.1. Não Aplicável.
- 15.2. Não Aplicável.
- 15.3. Não Aplicável.
- 15.4. Não Aplicável.
- 15.5. Não Aplicável.
- 15.6. Não Aplicável.
- 15.7. Não Aplicável.
- 15.8. Não Aplicável.
- 15.9. Não Aplicável.
- 15.10. Não Aplicável.
- 15.11. Não Aplicável.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
 - 16.1.5. cometer fraude fiscal;
- 16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 16.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 16.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - 16.2.3. multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 16.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 16.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 16.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 16.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.
 - 16.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a

Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

17.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 36.558,87 (trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

17.1 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

17.1. A classificação orçamentária será no PTRES 171127 e 189768, da natureza de despesa de despesa 339030 e 449052, detalhado posteriormente pelo Departamento de Administração e Planejamento do IFRR/Campus Novo Paraíso

Caracaraí-RR, 28 de dezembro de 2020

TIAGO DE OLIVEIRA LIMA
Diretor de Administração e Planejamento

VANESSA RUFINO VALE VASCONCELOS
Diretora Geral do IFRR/Campus Novo Paraíso

Documento assinado eletronicamente por:

- Vanessa Rufino Vale Vasconcelos, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 28/12/2020 15:34:43.
- Vonin da Silva e Silva, TECNICO EM AGROPECUARIA, em 28/12/2020 15:33:34.
- Tiago de Oliveira Lima, DIRETOR DE DEPARTAMENTO - CD4 - DAP (CNP), em 28/12/2020 15:22:23.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/12/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 62096

Código de Autenticação: bb3f98349c

